

Instrumentos do sector privado: financiamento misto e garantias

Parte da mini-série “Soluções Financeiras Falsas e Enganadoras” ■ Escrito pelo Grupo de Trabalho sobre Dívida e Clima

As crises da dívida e do clima estão profundamente ligadas – mas falsas “soluções” podem desviar as atenções, atrasar e até evitar as mudanças profundas necessárias para as enfrentar. Esta mini-série apresenta evidências, argumentos e ferramentas para contrariar essas narrativas e promover soluções reais e duradouras.

O ARGUMENTO DE VENDA

O que é o financiamento misto e qual o papel das garantias?

Não existe uma definição única de financiamento misto. Em geral, refere-se à combinação de financiamento público concessional (ou seja, em condições melhores que as de mercado) com financiamento privado ou outras fontes públicas, visando atrair investimento privado para desafios de desenvolvimento e clima. Na prática, transfere o risco dos investidores privados para entidades públicas, tornando projectos de maior risco mais atractivos. O objectivo declarado é ampliar o financiamento total para desenvolvimento e acção climática no Sul Global.

Os instrumentos comuns incluem empréstimos concessionais, capital, subsídios e garantias de partilha de risco. As garantias estão a ganhar destaque no financiamento climático. São acordos legais em que os garantes se comprometem a pagar parte ou todo o valor de um empréstimo, investimento ou outro instrumento em caso de incumprimento ou perda de valor. Tal como noutros instrumentos de financiamento misto, presume-se que as garantias atraiam mais financiamento privado ao transferirem risco para o sector público.

Por que estão em negociação

A ideia de usar financiamento misto para atrair financiamento privado não é nova. Surgiu na agenda do Banco Mundial “Billions to Trillions” de 2015, mais tarde convertida na estratégia “Maximizing Finance for Development” de 2017. Voltou a ganhar força nos debates recentes sobre financiamento climático, especialmente após a decisão do Novo Objectivo Quantificado Colectivo (NCQG). A narrativa defende que o financiamento público disponível é insuficiente para as necessidades crescentes dos países em desenvolvimento, pelo que o capital privado deve preencher a lacuna – exigindo usar recursos públicos escassos para reduzir riscos e atrair investimento.

Na COP30, esta narrativa deverá estar muito presente, não só na *Baku to Belém Roadmap* para 1,3 biliões de dólares, onde se argumentará que tal meta depende fortemente da redução de risco, para mobilizar privados, mas também noutros debates sobre o Artigo 2.1c do Acordo de Paris, Transição Justa e a Agenda de Acção da COP30.

EXAME DA REALIDADE

Por que é uma solução falsa/enganadora

- ▶ **O financiamento misto** agrava a crise da dívida soberana. Não é totalmente concessional e pode exigir garantias soberanas ou incluir passivos contingentes (como pagamentos em caso de desvalorização da moeda ou baixa procura), aumentando o endividamento.
- ▶ **Não tem conseguido mobilizar financiamento privado suficiente** para a acção climática, especialmente para adaptação e para uma transição justa. Grande parte do entusiasmo baseia-se em hipóteses pouco realistas.
- ▶ **Pode provocar mudanças profundas nos regulamentos e políticas internas dos países beneficiários** para acomodar investidores, incluindo condicionalidades, levando à privatização de serviços públicos, tornando-os mais caros e menos acessíveis, e reduzindo o espaço de políticas públicas.
- ▶ **Pode afastar ou fragilizar mercados financeiros domésticos e agravar dependências.**
- ▶ **Enfrenta desafios de baixa transparência e fraca responsabilização democrática**, os projectos climáticos não são excepção.
- ▶ **No caso das garantias, persistem dúvidas sobre o seu papel, natureza e pertinência** para a transformação estrutural socioeconómica dos Estados soberanos do Sul Global.
- ▶ Quando contabilizados como APD, **financiamento misto e garantias podem desviar recursos concessionais** escassos de outras utilizações com eficácia comprovada, como apoio orçamental, e inflacionar artificialmente a ajuda, sem que o passivo se materialize.
- ▶ O seu uso contradiz **pedidos do Sul Global por financiamento climático baseado em subsídios**, segundo o princípio do poluidor-pagador, a dívida ecológica do Norte Global e as responsabilidades comuns, mas diferenciadas dos países mais ricos.

A VERDADEIRA SOLUÇÃO

- ▶ Os países ricos devem fornecer financiamento climático público, baseado em subsídios, adequado, novo e adicional. Podem mobilizar biliões taxando poluidores e aplicando medidas redistributivas justas. A *Baku to Belém Roadmap* deve reflectir isto e centrar-se em subsídios, instrumentos concessionais que não gerem dívida e medidas que criem espaço fiscal.
- ▶ A apropriação nacional e soluções comunitárias devem liderar a construção de resiliência e adaptação, sendo apoiadas por instrumentos que melhorem o acesso a financiamento sustentável e acessível. O financiamento misto não deve ser usado para perdas e danos, que são responsabilidade do Norte Global para com o Sul Global.
- ▶ Sempre que usado, o financiamento misto deve ser transparente e divulgar custos, subsídios e intermediários.
- ▶ No caso das garantias, a sua aplicação deve ser contextualizada e baseada numa avaliação dos riscos, do valor acrescentado e do impacto a longo prazo. A sua utilização não deve desviar a atenção de compromissos de desenvolvimento ainda não cumpridos nem da necessidade de financiamento climático baseado em subsídios.

Saber mais

- ▶ Relatório da Eurodad e da ActionAid '[Blended finance for climate action: good value for money?](#)'
- ▶ Relatório da Eurodad '[Guaranteeing the future? The role of guarantees in development and climate finance](#)'
- ▶ "[Debt and Climate Justice: Strategic Engagement in UNFCCC Processes at COP30 and Beyond](#)", Grupo de Trabalho sobre Dívida e Clima, Outubro 2025

Sobre o Grupo de Trabalho sobre Dívida e Clima

Grupo global composto por organizações da sociedade civil, activistas, académicos e movimentos que trabalham na intersecção entre as crises da dívida e do clima. Para mais informações, contacte Tess Woolfenden, tess@debtjustice.org.uk.



Conteúdo traduzido para português pela [Associação para a Cooperação Entre os Povos \(ACEP\)](#).